

ECONOMIA SOLIDÁRIA E ESTRUTURAÇÃO GRUPAL: REFLEXÕES ACERCA DE UMA COOPERATIVA DE CATADORES

Letícia Dal Picolo Dal Secco de Oliveira. Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia (PPGpsi) e Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS) pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Membro do Núcleo de Estudos Trabalho, Sociedade e Comunidade (NUESTRA – Dpsi/UFSCar).

E-mail: le.dalpicolo@gmail.com;

Maria Lúcia Teixeira Machado. Docente do PPGCTS/UFSCar e do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Educação, Formação e Intervenção em Economia Solidária da UFSCar (NuMI-EcoSol/UFSCar).

E-mail: mmachado@ufscar.br;

Maria Zanin. Docente do PPGCTS/ UFSCar e do NuMI-EcoSol/UFSCar.

E-mail: mariazanin55@gmail.com.

Agências Financiadoras: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Processo nº 2012/24388-5. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade das autoras e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
Grupo de Trabalho: GT8 – Desafios da autogestão

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo caracterizar as relações grupais existentes em uma Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis, discutindo como a estruturação grupal pode contribuir para a autogestão e a sustentabilidade do empreendimento. Utilizou-se o método participativo e realizou-se um trabalho de campo com a técnica da observação participante. Os dados observados foram registrados em um diário de campo, organizados de acordo com os elementos estáticos e dinâmicos de estruturação grupal e confrontados com os princípios da economia solidária. Observou-se que os cooperados novos não conheciam esses princípios e que os mais antigos em geral os conheciam, porém nem sempre os praticavam ou compartilhavam seus conhecimentos. Isto dificulta a identificação do sujeito com o empreendimento e com o grupo, o qual pode se fragilizar. Algumas alternativas para superar esta dificuldade são apresentadas.

INTRODUÇÃO

Considerando que o trabalho influencia a constituição da identidade das pessoas, podemos indicar que a organização solidária do trabalho reflete positivamente na identidade dos trabalhadores de empreendimentos que possuem essa forma de organização (VERONESE, ESTEVES, 2009). Isto, pois a economia solidária (ES) possui como princípios defender a propriedade coletiva ou associada, a liberdade individual, a distribuição de renda de forma igualitária e a solidariedade e historicamente se demonstra

potencial à promoção de significado ao trabalho por favorecer a implicação de valor ao trabalhador (GAIGER, 2004), o que seria impossível em situação de desemprego ou trabalho informal (DAL MAGRO; COUTINHO, 2008).

A ES nesse sentido, e sendo suas características opostas às do trabalho baseado em princípios capitalistas, enfatiza o ser humano, e não o capital, além de ser um meio para que as pessoas possam trabalhar e gerar renda de forma justa e não competitiva (SECCO, 2014). Então, podemos inferir que as características da estrutura do grupo de trabalho estão diretamente relacionadas às influências que serão promovidas na identidade dos trabalhadores e conseqüentemente à promoção de sentido ao trabalho realizado.

Um dos desafios da ES é chegar à autogestão, a qual é observada ocorrendo em diversos níveis, dependendo do contexto do empreendimento e da natureza de sua origem (SINGER, 2002a). Defendemos que para superar deste desafio e para conseqüentemente propiciar a autonomia dos empreendimentos e de seus membros é necessário, dentre outros aspectos, que o trabalhador se identifique com os princípios do empreendimento. Com essa perspectiva, torna-se essencial estudar a estruturação grupal para compreender o nível de organização interna dos empreendimentos em relação aos seus princípios.

Com esta perspectiva, determinamos como objetivo desta pesquisa caracterizar a estruturação grupal de uma cooperativa econômico-solidária, visando confrontar essa estruturação com os princípios da economia solidária. Para isso, foi realizado um estudo de campo com a técnica da observação participante na Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de São Carlos (COOPERVIDA).

Segundo Rejano (2003), o estudo sobre a estruturação grupal permite inferir a dinâmica interna de um grupo e sua eficácia associada pela compreensão do momento vivenciado. O autor considera que na era pós-industrialização, a globalização e suas imposições estão gerando mudanças na estruturação dos grupos e defende a importância de estudar essas estruturações considerando seus elementos estáticos e dinâmicos inerentes. Assim, tendo a ES surgido no Brasil como um meio de superar os problemas causados pelo desenvolvimento tecnológico desenfreado, como o desemprego e a flexibilização das relações de trabalho (SINGER, 2002a), e que ela propõe uma organização diferente da capitalista, justifica-se a utilização desta teoria.

Outro desafio apresentado à ES e que é importante mencionar é o de utilizar as tecnologias sociais (TS) para seu desenvolvimento (SINGER, 2002a). Tendo a perspectiva de que as TS podem se constituir de métodos e técnicas (ITS, 2004; RTS, n.d.) inclusive de organização do trabalho, acreditamos que a sua utilização colabora para a estruturação

grupal nas cooperativas e por isso elas serão mencionadas nesse texto, contextualizando alternativas a algumas dificuldades da cooperativa que serão apresentadas.

Neste trabalho, além do contexto e justificativas já descritas na introdução, serão apresentados itens iniciais sobre os fundamentos, conceitos e pressupostos que embasam o trabalho, para em seguida, apresentar os métodos empregados, os resultados e as considerações sobre a estruturação grupal de uma cooperativa com os princípios econômico-solidários.

Economia solidária e tecnologia social

A ES no Brasil surgiu em torno dos anos 1980, pelo crescente índice de desemprego, devido ao momento de crise econômica e inflacionária pelo qual o país passava. A organização dos trabalhadores em cooperativas de princípios econômico-solidários possibilitou a manutenção de diversos postos de trabalho pela recuperação de empresas falidas (SINGER, 2002a). As cooperativas são compreendidas a partir da noção da Aliança Cooperativa Internacional (ACI, como citado em Namorado, 2009, p. 96) como “(...) uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para prosseguirem as suas necessidades e aspirações comuns, quer econômicas, quer sociais, quer culturais, através de uma empresa comum democraticamente controlada”.

A situação de desigualdade e exclusão social acarretada nesse período foi naturalizada por procedimentos científicos que desconsideram a existência de valores na ciência e na sociedade (TASSARA, DAMERGIAN, 2008). Esta perspectiva sobre C&T do período é crucial para compreender a importância atual da utilização das TS, visando uma mudança de perspectiva de promoção da exclusão para uma de inclusão participativa.

As TS, segundo a Rede de Tecnologia Social (RTS), podem ser definidas como “[...] produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social” (RTS, n.d.) e, segundo o Instituto de Tecnologia Social (ITS, 2004, p. 26), como um “conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida”. As TS favorecem os trabalhadores e os pequenos proprietários e possuem como base os empreendimentos autogestionários e as micro e pequenas empresas. Elas são adaptáveis às realidades sociais locais, adequando as resoluções ao contexto em que se desenvolvem (DAGNINO, 2004).

O envolvimento das universidades com o movimento de construção da ES contribuiu para o desenvolvimento dos empreendimentos, por meio do oferecimento de assessoria contínua e pode contribuir para este desafio relativo às TSs (SINGER, 2002a).

Laville e Gaiger (2009) constataam que a atuação grupal circundada pela autogestão leva à formação de novos atores que contribuem na busca pelo bem-estar social. Existem graus variados de autogestão, tanto de uma cooperativa para outra, quanto em uma mesma, devido à forma como as cooperativas se originaram e ao momento que elas e seus cooperados vivenciam (SINGER, 2002a).

Consideramos a autogestão basicamente como:

(...) um projeto de organização democrática que privilegia a democracia direta. Esta constitui um sistema em que voluntariamente, sem perceberem remuneração e sem recorrerem a intermediários, os cidadãos debatem todas as questões importantes, em assembleias (MOTHÉ, 2009, p. 26).

Considerando a mudança de perspectiva de organização e relações de trabalho de características capitalistas para características solidárias, ainda que os empreendimentos com esta organização estejam inseridos no sistema capitalista, observa-se que os trabalhadores desses empreendimentos apresentam dificuldade de significar os novos tipos de relações propostas (SINGER, 2002b). Sendo a compreensão dessas características solidárias e a identificação com elas essenciais para a constituição desse novo sujeito histórico, identifica-se aqui uma problemática que precisa ser superada.

Nas próximas sessões, serão expostas algumas considerações para compreender as potencialidades e desafios da ES, considerando uma perspectiva subjetivista de análise da interação grupal e de sua estruturação, bem como sua importância para a autogestão.

Economia solidária, subjetividade e identidade.

O conceito de identidade utilizado neste texto é de uma perspectiva psicossocial, sendo considerado como:

[...]uma articulação do indivíduo com o social a um só tempo estável e provisória, individual e coletiva, biográfica e estrutural. Ela se configura no processo das transações do eu (identidade biográfica/subjetiva) com o outro (identidade relacional/objetiva) e com o mundo (identidades disponíveis culturalmente). As múltiplas identidades de uma pessoa (gênero, raça/etnia, sexo,

classe, grupos minoritários ou outras) são construídas mediante um processo de negociação intra e interpessoal dentro dos sistemas sociais específicos em que estejam inseridas (VERONESE, ESTEVES, 2009, p. 219¹).

Essa visão que tenciona o individual e o coletivo pode ser transferida para as relações de trabalho, as quais influenciam a construção da identidade do indivíduo e de um coletivo já que intersubjetivamente, as vivências cotidianas do espaço de trabalho refletem na identidade (VERONESE, ESTEVES, 2009).

Sobre essa influência, Ciampa (1987) observa que a metamorfose da identidade depende do comprometimento do indivíduo com o grupo, já que ela depende do compartilhamento de significados. Isto não acontece se o indivíduo não tiver interesse. Assim, infere-se que a possibilidade de alteração identitária tem relação direta com a disposição do indivíduo em participar (NICOLLETTI, 2011), considerando:

[...] a interação social como o meio, e a atividade e a consciência como condições necessárias, para a configuração e reconfiguração das identidades individuais e, portanto, ao sentido emancipatório da metamorfose da identidade. Sabendo que a formação dos empreendimentos cooperativos desencadeia uma sequência complexa de atividades que tem como um de seus fins o resgate da consciência a respeito do contexto econômico, político e social e do potencial de ação dos trabalhadores, a adoção de tal noção, de Identidade, parece capaz de colaborar para o entendimento da interação entre as condições objetivas das cooperativas de trabalho e a subjetividade dos cooperados (NICOLLETTI, 2011, p. 10²).

Em relação à forma como as cooperativas se originam e que é essencial para compreender as características peculiares de cada empreendimento, a autora aponta a existência de duas naturezas de cooperativas: as endógenas (organizadas pelos próprios trabalhadores) e as exógenas (organizadas por pessoas externas e proposta aos trabalhadores). Segundo a autora, a percepção e sentidos constituídos sobre o empreendimento variam muito de uma para a outra, incluindo o engajamento político e a luta pela sua manutenção, que são mais presentes no modelo endógeno.

Em uma pesquisa realizada por Nicolletti (2011) junto a uma cooperativa exógena, ela observou dificuldades na constituição de um objetivo coletivo e conseqüentemente em manter o empreendimento funcionando, mediante as diferentes origens dos sujeitos que o constituíam. Ela apresenta também que mesmo com as dificuldades apresentadas, a autogestão influencia, ainda que pouco, na transformação identitária dos sujeitos de sua

¹ Para elaborar o texto desta citação, Veronese e Esteves (2009) recorreram aos autores Dubar (2005) e Frable (1997).

² Para formular este raciocínio, Nicolletti (2011) baseou-se na perspectiva de Ciampa (1987) sobre o assunto.

pesquisa, assim como outros princípios da ES, ressaltando ainda a importância do contato com outros sujeitos da ES, como os apoiadores.

Esta pesquisa corrobora com a de Secco (2014), que também pesquisou uma cooperativa exógena, de catadores de materiais recicláveis, a qual foi campo de pesquisa desse artigo. A autora observou em sua pesquisa que mesmo quando os catadores de materiais recicláveis e seus familiares não sabiam definir o significado de ES, a convivência dos catadores com a organização de trabalho cooperativa influenciou em suas dinâmicas familiares, o que pressupõe uma mudança de identidade.

Em relação aos aspectos subjetivos e à transformação identitária de sujeitos inseridos em empreendimentos econômicos solidários, Domingues (1999) e Elias (1994) contribuem trazendo a noção de que as ações e relações realizadas e estabelecidas não ocorrem propositalmente, e que assim consequências não intencionais podem ocorrer. Ou seja, o planejamento de ações visando transformações não está sob o nosso controle, e muitas vezes observamos resultados inesperados. Estas consequências merecem ser estudadas para que os processos que as resultaram sejam compreendidos.

A subjetividade é formada ao longo do tempo e se transforma a partir do contato com culturas e valores (ONUMA, MAFRA, MOREIRA, 2012) e quando Gaiger (2004) anuncia que a ES é capaz de promover novas subjetividades, essa capacidade é considerada possível, no sentido apresentado. Por isso a autogestão é considerada um desafio: ela solicita uma mudança enfática na subjetividade dos trabalhadores para se efetivar (ONUMA, MAFRA, MOREIRA, 2012).

Em termos subjetivos e de sentidos do trabalho, Onuma (2011), em uma pesquisa com diversos membros de uma cooperativa endógena, observou que cada categoria de trabalhador (fundador, cooperado e celetista) expressava um sentido diferente pelo trabalho. Os fundadores foram os que mais se aproximaram dos preceitos teóricos e esperados da ES. Desse modo, ela defendeu a importância da história do sujeito para definir os sentidos destinados ao empreendimento, bem como que mesmo em fase inicial, os processos de autogestão, fazendo parte das subjetividades individuais, podem se expandir para as sociais, através de processos de influência mútua (ONUMA, 2011).

Nesse sentido, podemos considerar a autogestão como fim de um processo que deve ser realizado gradualmente, sob o risco da autogestão se tornar uma imposição (VENOSA, 1982) aos sujeitos que não estão subjetivamente próximos a este conceito.

Elias (1994) indica que além da subjetividade individual, existe uma subjetividade coletiva que deve ser analisada considerando a interdependência entre sujeito e sociedade.

Assim, a perspectiva desse trabalho presume a existência nas cooperativas de identidades individuais e coletivas, as quais fazem parte de uma estrutura grupal composta de elementos estáticos e dinâmicos, influenciando sua constituição ao mesmo tempo em que é influenciada por ela. Estes elementos desenvolvem determinadas características de acordo com o contexto vivenciado e o grau de participação e interesse de seus membros.

A estruturação grupal

Souza (2011) aponta que um grupo será constituído quando houver algum dos seguintes traços: interação continuada dos membros; vivência de acordo com as normas do grupo; consideração pelas pessoas de fora de que os seus integrantes formam um grupo; existência de uma fronteira social entre membros e não membros; um sentido de identificação do membro para com o grupo; laços motivacionais entre os membros, bem como objetivos comuns; gratificações pessoais; identidade de valores; dentre outros. Porém, estas características dependem da ocorrência de diversos fatores subjetivos, além de materiais, para se constituírem.

Assim, podemos descrever um grupo considerando sua composição e estrutura, buscando compreender os mecanismos subjetivos que o constituem. Por composição, entendem-se as características do que forma o grupo em si, enquanto por estrutura considera-se o contexto (espaço e tempo no qual o grupo se localiza) e suas interações (REJANO, 2003). Para o autor, devemos considerar os fatores implícitos e os manifestos para realizar esta caracterização.

Sobre as estruturas que compõem o grupo, as estáticas são definidas por Burillo (1981, apud REJANO, 2003) como regularidades que não se alteram por um longo período de tempo, enquanto Sherif e Sherif (1969, apud REJANO, 2003) indicam as estruturas dinâmicas como sendo a inter-relação dos membros que dinamiza e ordena as diferenças compartilhadas.

Rejano (2003) relaciona essas duas estruturas de modo que as estáticas são vistas como o ponto de partida dos grupos, principalmente daqueles que foram formados conscientemente (endógenos), e é a partir dessa composição inicial que surgiriam os elementos dinâmicos. As estruturas estáticas são “[...] tamanho, posições de poder, status, características biológicas”, enquanto as dinâmicas seriam “[...] como papéis, competências, padrões de comunicação e interação social e que viriam a ser relativamente estáveis ao longo do tempo” (REJANO, 2003, p. 56, tradução nossa).

Até aqui, temos vários vestígios para analisar a importância das relações de trabalho propostas pela ES e pelo cooperativismo, que vão além da inserção social, influenciando a vida pessoal do sujeito e a sociedade em geral.

MÉTODO

Utilizou-se o método participativo, por este possibilitar o envolvimento da universidade com a população e conseqüentemente sua participação direta na construção das tecnologias (THIOLLENT, 2000), sendo realizado um estudo de campo, pela técnica da observação participante. Esta é uma técnica na qual o pesquisador se insere no grupo que está observando, como se fizesse parte dele, participando de seu cotidiano em busca de significar com é estar ali. Nesta técnica é importante se atentar à cultura geral do grupo e às formas como ele se expressa e compreende sua situação para assim também ser possível entender seus motivos e sentimentos. Para isso, é necessário conhecer as regras implícitas e explícitas existentes e o comportamento dos membros do grupo em relação a estas regras para que seja possível compreender suas inter-relações pessoais (QUEIROZ, et al, 2007).

Desse modo, foram realizadas dez visitas periódicas, durante cinco meses do segundo semestre de 2012, acompanhando diretamente os catadores que trabalham no galpão, na parte da triagem de materiais, bem como participando dos intervalos de descanso e realizando conversas com catadores de diversas funções. Após esse período de observação, ainda foi realizado contato constante com o empreendimento para manter atualizado o conhecimento sobre o seu contexto.

Os dados observados foram registrados em um diário de campo e organizados, após leituras exaustivas, segundo os elementos estruturais estáticos e dinâmicos referentes aos grupos, de acordo com Rejano (2003).

O campo de pesquisa

O empreendimento era constituído no momento do trabalho de campo, por 56 cooperados. Ele é o resultado da unificação, em 2010, de três cooperativas de catadores existentes anteriormente no município de São Carlos, o que foi alcançado em parceria com o DAES e a INCOOP/UFSCar (ZANIN *et al.*, 2011).

A INCOOP/UFSCar, sucedida pelo NuMI-EcoSol, pode ser descrita como uma unidade de ensino, pesquisa e extensão, criado por meio da Resolução ConsUni, 698, de 12

de agosto de 2011, e que é vinculada à Reitoria da UFSCar, o que leva a contemplar o previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional de 2004 da UFSCar.

As intervenções junto à cooperativa foram realizadas a partir de uma meta referente ao avanço na cadeia produtiva da reciclagem, do Projeto de Pesquisa em Políticas Públicas - FASE II (Processo FAPESP no. 2007/55393-6), intitulado “Proposição de diretrizes para políticas públicas em ES como condição para desenvolvimento de território urbano: caso Jardins Gonzaga e Monte Carlo – São Carlos – SP”.

A aproximação com a COOPERVIDA para o desenvolvimento deste trabalho ocorreu por meio de atuação conjunta ao NuMI-EcoSol e toda a relação construída com o empreendimento e com os cooperados foi facilitada por este vínculo.

A COOPERVIDA passou por algumas dificuldades entre 2012 e 2013, pela ocorrência de problemas no repasse financeiro da Prefeitura para o empreendimento, o que acarretou no atraso da retirada dos cooperados. Isso provocou a saída de vários membros do empreendimento que não compreenderam nem aceitaram a situação. Houve também problema com os contratos dos caminhões destinados à coleta e dos três existentes, somente um estava em condição de uso ou possuía motorista destinado para sua condução.

Isso coincidiu com a mudança de governos, em época de eleição municipal. No início de 2013, o novo governo municipal informou que seria aberta uma licitação para o serviço de coleta e o contrato com a COOPERVIDA terminaria no mês de maio de 2013. Somente próximo a este término ele foi prorrogado por mais três meses, mesmo tendo sido combinado que o prazo seria de um ano. Ou seja, no momento de realização dessa pesquisa os cooperados vivenciavam um momento de insegurança.

Em reunião aberta com sócios da COOPERVIDA ocorrida no Serviço Social do Comércio (SESC) de São Carlos no dia 30/01/2013, observou-se que a relação entre o empreendimento e o governo municipal ainda estava em construção. Isto foi detectado nas discussões realizadas, que envolveram pessoas da prefeitura, da universidade, da sociedade civil, e de outras instituições apoiadoras da COOPERVIDA e/ou do movimento de ES no município, além dos próprios membros da cooperativa.

Entre 2014 e 2015 ocorreram novos momentos de crise relacionados à dificuldade de renovação de contrato e atualmente a cooperativa e o governo municipal vem dialogando para acertar as discrepâncias e organizar objetivos e metas conjuntas. Observa-se que a relação cooperativa-governo ainda está em construção e que este é um dos fatores que caracterizam a falta de estabilidade do empreendimento, em termos gerais.

RESULTADOS

A partir da literatura pesquisada e das observações feitas em campo, foi possível realizar as seguintes caracterizações sobre a cooperativa, de acordo com os elementos estruturais estáticos e dinâmicos, organizados respectivamente nos Quadros 1 e 2.

Quadro1 - Elementos Estáticos

Continua...

TAMANHO
<p>Desde 2009 até 2012, o empreendimento conta com em torno de 56 cooperados, havendo pequenas variações nos números, ao mesmo tempo em que existe uma alta rotatividade de membros.</p> <p>1) Esforço empenhado: observa-se internamente a divisão dos cooperados em pequenos grupos de trabalho (informais), os quais não demonstram uma relação muito forte entre si por possuírem características diferentes, como hábitos na organização do espaço e ritmo e meio de realização do trabalho, sendo possível perceber que alguns cooperados se dedicam mais do que outros na execução das tarefas.</p> <p>2) Introversão: quando os cooperados não estão em seus pequenos grupos, normalmente não se manifestam muito sobre os assuntos conversados, trabalhando de forma mais individual.</p> <p>3) Extroversão: dentro dos pequenos grupos, é possível observar que os cooperados ficam mais à vontade, conversando e manifestando suas opiniões, ao mesmo tempo em que desenvolvem o trabalho conjuntamente. São poucos os catadores que circulam em todos os ambientes de trabalho com facilidade.</p> <p>4) Motivação: a motivação observada nos cooperados é para eliminar o material acumulado através da triagem para que possam ser vendidos e revertidos em renda (motivação econômica). Pelo fato de alguns cooperados se sentirem mais empenhados do que outros, há pouca tolerância em relação uns aos outros e ajuda mútua no grupo em geral. A relação de ajuda mútua ocorre principalmente nos pequenos grupos. Esta divisão marca também a divisão entre os mais e os menos motivados.</p>
HOMOGENEIDADE X HETEROGENEIDADE
<p>1) Gênero: existem mais mulheres do que homens no empreendimento, porém isso não ocorre por preferência do grupo, mas pela disponibilidade de pessoas interessadas em trabalhar no empreendimento. As mulheres normalmente exercem as funções de triagem de materiais e de coleta seletiva nas residências. Os homens trabalham na coleta seletiva também, mas organizando os materiais coletados nos caminhões ou de caminhões e comercialização (transporte). Nos conselhos administrativo e fiscal, a maioria dos membros é sempre do sexo feminino, apesar de já ter sido composto por membros homens.</p> <p>2) Capacidades e habilidades: inicialmente os cooperados passam por diversas funções na cooperativa, para definir com qual ele mais se identifica e melhor realiza, contribuindo para potencializar o trabalho do grupo. Depois esta posição se fixa, havendo alterações somente quando um setor de trabalho está com alguma defasagem. Este rodízio inicial de funções somente não acontece quando há grande necessidade de que a pessoa que aderiu recentemente ao empreendimento execute determinada função previamente combinada.</p> <p>3) Idade: há grande variação de idade, tendo cooperados desde 18 anos até em torno de 60 anos. Porém, os cooperados com maior idade normalmente trabalham em atividades com menos exigência física, como no setor de triagem.</p>
CARACTERÍSTICAS PSICOSSOCIAIS DOS PARTICIPANTES
<p>Não apareceram objetivamente manifestações no cotidiano em relação a qualquer objeção dos homens em seguir as regras de uma líder mulher. Cada membro se organizava da melhor forma em relação à sua função no empreendimento, seguindo as regras pré-combinadas. Quando a presidente intervia de alguma forma no trabalho tanto dos membros homens quando das mulheres, a questão do gênero não interferia no resultado da comunicação. Porém, observavam-se algumas outras questões que muitas vezes dificultava esta interação e que são inerentes a outras características da estruturação grupal.</p>

Conclusão.**POSIÇÃO E STATUS**

Formalmente não há hierarquia, porém observou-se implicitamente uma estrutura verticalizada, à qual, concordando ou não, os cooperados se remetem, seguindo regras muitas vezes não discutidas em grupo. Observou-se o destaque de algumas lideranças não formais nos setores de trabalho, às quais os cooperados se remetem para obter informações sobre a qualidade e realização das ações de trabalho. Mesmo que estas lideranças não fossem previstas no regimento, eram respeitadas pelo grupo como tal. Sobre a participação, observou-se que muitos cooperados participavam dos espaços formais de discussão, porém não se manifestavam sobre as pautas, ao mesmo tempo em que os conselhos diretivos não os estimulavam.

NORMAS

O regimento interno, que orienta a conduta geral dos cooperados no cotidiano de trabalho, sofre poucas alterações, as quais ocorrem somente quando, dependendo das características de algum momento, há dificuldade em sua execução. Desse modo, em assembleia os cooperados podem solicitar alterações, justificando-as para que sejam votadas. Porém em geral isso não ocorre por falta de iniciativa dos cooperados. No dia a dia, quando surge alguma dificuldade, os cooperados envolvidos com a execução do trabalho se reúnem para se reorganizar e conseguir realizar a atividade necessária, seguindo regras momentâneas acordadas para sanar determinado momento de dificuldade.

Quadro 2 - Elementos Dinâmicos**Continua...****COESÃO GRUPAL**

Observa-se uma grande quantidade de conflitos internos, o qual, como já foi citado, levou à formação de pequenos grupos dentro do espaço de trabalho, que dialogam pouco entre si, indicando que a coesão grupal se encontrava em um momento delicado.

AFILIAÇÃO GRUPAL

1) Atração: dentre os cooperados mais antigos, a maioria já era catador e se uniu em busca de melhores condições de trabalho e renda ou pela impossibilidade de continuar a catar no aterro sanitário. Os cooperados mais novos não possuem essas características, sendo que a maioria nunca foi catador, estando na cooperativa por falta de emprego, como algo temporário. Desse modo, podemos determinar três formas principais de atração em relação ao empreendimento: 1) melhoria de vida exercendo uma ocupação que já tinha antes da cooperativa ou não; 2) falta de possibilidade de exercer a ocupação de catador da forma como gostaria (de forma não cooperativa, individual, no aterro); e 3) falta de possibilidade de exercer outra ocupação por motivo de desemprego, não tendo nenhuma relação com a ocupação de catador.

2) Aceitação: os cooperados novos são parcialmente recebidos pelos mais antigos, os quais possuem uma desconfiança devido a situações já vivenciadas que incluem problemas na realização do serviço, abandono do empreendimento e conflitos em relação à organização, fatores esses que desestabilizam o grupo. Esses cooperados mais novos, como muitos ainda não tiveram contato com os princípios da ES, normalmente questionam mais como ocorrem as retiradas, pois não possuem a compreensão de que uma cooperativa econômico-solidária funciona de forma diferente de uma empresa capitalista. Ao mesmo tempo, os cooperados mais velhos dizem em relação às relações de trabalho que muitas vezes a cooperativa não parece ser o que eles aprenderam que deveria ser.

OS PAPÉIS SOCIAIS

O papel desenvolvido pelos membros da cooperativa dentro de suas funções, muitas vezes não cumprem com as características e princípios do empreendimento. Assim, as relações muitas vezes aparecem verticalizadas, no sentido de que as decisões acabam sendo tomadas 'de cima para baixo'. Alguns cooperados reclamam porque ficam sabendo das coisas depois que elas acontecem. Ao mesmo tempo em que as lideranças dos conselhos administrativo e fiscal precisam ter autonomia para executar suas funções, esta autonomia não deve prejudicar a autogestão. É importante frisar que este comportamento não é generalizado, mas afeta o grupo como um todo.

REDES DE COMUNICAÇÃO

Além da reunião em assembleias, nas quais são passadas as principais informações sobre a cooperativa, no dia a dia a comunicação ocorre de forma mais informal e indireta do que profissional e objetiva. Observa-se também que as lideranças não estimulavam e nem se facilitavam a aquisição de conhecimento e a compreensão dos princípios da ES pelos cooperados do empreendimento. Os demais cooperados, principalmente os mais antigos e que possuíam mais conhecimento dos princípios, manifestam-se pouco em prol de disseminá-los no grupo, ficando em uma posição passiva, juntamente com os cooperados mais novos.

Conclusão.**SISTEMAS IDEOLÓGICOS: CULTURA E CLIMA GRUPAL**

Não se observa um fator cultural forte em torno do grupo, que é muito heterogêneo. Existem algumas identificações em relação aos membros de pequenos grupos, ou por serem catadores antigos dos aterros sanitários, ou parentes, ou novos cooperados. Os fatores habituais mais aparentes são a questão dos mais velhos terem sido catadores anteriormente à organização em cooperativa, a maioria do lixão, e os mais novos não terem esse perfil. Isso acompanha, por exemplo, o hábito dos mais novos usarem EPIs e os mais antigos reclamarem de ter que usá-los, por estarem acostumados com outro contexto de catação. O clima grupal é conflituoso, devido às opiniões distintas sobre a organização e execução do trabalho, cuja fragmentação pode ser representada pela existência dos pequenos grupos.

NATUREZA DAS TAREFAS

1) Administração: existem o conselho fiscal e o conselho administrativo, os quais são atualmente homogêneos em gênero (na organização anterior, haviam homens; no atual, apenas mulheres), implicitamente hierarquizados e de comunicação razoavelmente centralizada.

2) Execução: as lideranças nas tarefas diárias são informais, e não há cooperação de todos para todos, devido aos conflitos de identificação entre os pequenos grupos, que não concordam entre si em diversos aspectos, como a forma de conduzir as tarefas diárias. Porém, cada um executa uma tarefa definida, mudando de função somente quando é muito necessário para suprir uma demanda do grupo.

3) Escolhas: normalmente realizadas pelos conselhos. Quando existe uma decisão feita coletivamente em assembleia, sua continuidade ou não recebe alguma interferência de cooperados em papéis de liderança.

ANÁLISES E DISCUSSÕES

Em relação aos elementos estáticos, observa-se que no período das atividades de campo, mesmo o número de cooperados no empreendimento sendo razoavelmente o mesmo, existia uma alta rotatividade dos trabalhadores que o compunham. A rotatividade, por sua vez, influenciou nos padrões de comunicação e interação internos e conseqüentemente, na estabilidade do grupo.

Ao mesmo tempo em que o tamanho do grupo era suficiente para garantir uma distribuição adequada do trabalho a ser desempenhado, o esforço empenhado por cada um era relativo. Isso provocou em alguns cooperados o sentimento de que estão sendo prejudicados pelo desinteresse de outros e este foi um dos motivos que comprometeu a unidade do grupo, o qual acabou sendo dividido em alguns pequenos grupos informais.

Esta dificuldade de se identificarem uns com os outros em prol de um objetivo comum interferiu na participação dos cooperados no grupo. Ao mesmo tempo, a motivação principal do grupo como um todo era a econômica, mesmo que no discurso de alguns ainda aparecesse elementos dos princípios econômico-solidários e cooperativos. Ou seja, aqui observamos elementos apontados por Nicollette (2011) e Onuma (2011) em suas pesquisas: mesmo que inicialmente, elementos de autogestão influenciaram na subjetividade dos membros do grupo, mas pela falta de participação e interesse, eles não foram efetivamente incorporados à identidade de parte dos cooperados.

Ainda segundo os apontamentos de Onuma (2011), podemos dizer que esta motivação coletiva sobre a geração de renda manteve o grupo funcionando enquanto enfrentavam um momento de dificuldade, porém ela não é o objetivo geral do empreendimento, e assim, sua função relacionada aos princípios da economia solidária foi comprometida. Tanto que, quando a crise que vivenciavam se agravou, mais da metade dos cooperados abandonou o empreendimento.

Esta é uma questão na qual a ação conjunta com os apoiadores pode contribuir para a organização e fortalecimento do grupo. Isto, pois como Nicollette (2011) aponta, é importante o contato dos trabalhadores com outros atores da economia solidária, pois este contato possibilita, através das influências mútuas, alterações identitárias (ONUMA, 2011). Isso incentiva que o empreendimento funcione a partir de seus princípios e para atender aos objetivos comuns dos cooperados. Aqui as TSs aparecem como uma possibilidade potencial para superar a situação apresentada, considerando a organização de espaços de trocas de conhecimento, da rotina de trabalho e a elaboração de métodos e técnicas que propiciem isso aos sujeitos, considerando suas demandas e esforços.

É importante apontar que por mais que Onuma (2011) tenha estudado cooperativas endógenas, ela era composta por membros de diferentes origens, e esta característica, sendo comum às cooperativas exógenas, permite a extensão dessas reflexões para o caso aqui estudado.

Em relação à homogeneidade ou heterogeneidade do grupo, percebemos que os trabalhos não eram necessariamente definidos entre trabalhos masculinos e femininos, mas em geral os homens executavam os trabalhos que exigiam maior força física. Ao mesmo tempo, isso não impedia que uma mulher se encaixasse nessa função. Ou seja, as capacidades e habilidades de cada um eram respeitadas, independente de sexo. Esse respeito incluía também as limitações de idade, sendo que os cooperados mais velhos eram privados de atividades que exigiam muito desgaste físico ou mental, possibilitando que eles executassem atividades compatíveis com suas condições. É importante frisar que os conflitos em relação à execução das tarefas que foram observados se relacionavam a outros fatores, e não ao gênero ou à idade.

Na cooperativa, as posições de liderança eram ocupadas por mulheres, porém não foi observado nenhum conflito aparente em relação aos homens sobre isso, muito menos dificuldades de comunicação relacionadas a esta característica psicossocial. Porém, como veremos mais a frente, outros fatores relacionados à posição e ao status pareceram intervir na qualidade comunicativa interna.

De acordo com a natureza econômico-solidária do empreendimento, deveria haver uma relação horizontalizada, ainda que o nível de autogestão alcançado fosse relativo. Por outro lado, o que se observou foi certo nível de concentração das decisões, pouco interesse e participação dos cooperados em geral nos espaços de decisão, ao mesmo tempo em que isto possa ser a causa das outras duas características, e conseqüentemente, uma estrutura implicitamente hierarquizada de relações internas.

A falta de estimulação de espaços de trocas e aquisição de conhecimentos por parte das lideranças propiciou um ambiente conflituoso com a natureza do empreendimento. Não se está atribuindo, nesse sentido, uma culpa aos líderes do grupo, pois para manter a autogestão e a estabilidade do empreendimento, é necessário o interesse de todos e uma maior participação poderia limitar ou até extinguir essa estrutura verticalizada.

Ao mesmo tempo em que existiam essas dificuldades, as regras gerais de organização da rotina do empreendimento eram razoavelmente seguidas, mesmo que muito pouco alteradas formalmente. O que acontecia às vezes era que os cooperados criavam formas alternativas de executar o trabalho quando alguma dificuldade aparecia. Essas possibilidades, porém, não eram discutidas e nem incorporadas ao regimento interno para guiar os cooperados formalmente.

O que se observou em relação aos elementos estáticos foi que a rotatividade de membros, ainda que com número razoavelmente estável de participantes, prejudicava a identificação dos cooperados com o grupo e seu trabalho. Isso interferiu na organização interna e na motivação, comprometendo a unidade grupal. Outro elemento que prejudicou as características que deveriam ser estáticas foi o desempenho dos papéis de acordo com a natureza, normas e objetivos do empreendimento. Aqui, nos remetemos à forma como as decisões são tomadas e aos mecanismos para estimular a participação dos cooperados, pela aquisição e trocas de conhecimentos.

Desse modo, vemos muitas similaridades com os casos de Nicollette (2011) e Onuma (2011), no sentido de que a autogestão era relativa e que os comportamentos mais próximos aos preceitos teóricos da economia solidária eram de alguns cooperados mais antigos, ainda que outros acabassem adotando um perfil centralizador. Considerando as perspectivas de Rejano (2003), essa instabilidade de alguns elementos que deveriam ser estáticos prejudicou a eficiência do trabalho enquanto características econômico-solidárias, ainda que ele fosse executado sob a perspectiva coletiva da geração de renda. Ou seja, estes comprometimentos dos elementos estáticos prejudicaram o desenvolvimento dos elementos dinâmicos e uma caracterização adequada da natureza do grupo.

Considerando essas características dos elementos estáticos, o elemento dinâmico “coesão grupal” ficou visivelmente comprometido pelo aparecimento de uma quantidade razoável de conflitos internos. Estes conflitos internos possuem relação com a afiliação grupal e dificultaram a identificação dos sujeitos com o empreendimento, bem como pode ter influenciado no alto grau de rotatividade. Sendo um grupo criado exogenamente, muitos membros que se associaram não possuíam relação anterior com a ocupação exigida pelo empreendimento, no caso, de catador de materiais recicláveis. Assim, os cooperados mais antigos, que possuíam maior identificação com a natureza do trabalho, acabavam ficando desconfiados em relação aos novos cooperados, pois sabiam que normalmente eles ficavam pouco tempo na cooperativa por a considerarem como um trabalho temporário, enquanto não encontravam um trabalho com carteira assinada. Isso prejudicava a organização e execução do trabalho e o empreendimento em geral.

A constituição implícita verticalizada de posição e status que não correspondia aos princípios econômico-solidários prejudicava a execução adequada dos papéis sociais, e a autonomia centralizada dos membros dos conselhos comprometia a autogestão do empreendimento, a autonomia do grupo em geral e a comunicação interna.

Estas características afetam os sistemas ideológicos no sentido de que, sendo o clima grupal conflituoso, ficaram ressaltadas as diferenças e não a motivação geral que levaram as pessoas a permanecerem no grupo quando ocorreu a saída de grande parte dos cooperados. Dessa forma, observamos sistemas ideológicos distintos que se mantinham isolados dentro de um grupo que deveria ter uma unidade. Ou seja, a falta de uma identificação individual com o grupo prejudicou o desenvolvimento de uma identidade coletiva e assim como Elias (1994) considera a existência das identidades coletiva e individual de forma interdependente (sujeito-sociedade), consideramos esses elementos cruciais para garantir a natureza solidária e a sustentabilidade do empreendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que dentre os cinquenta e seis cooperados, vinte e seis eram novos e ainda não sabiam o que é ES e conforme as observações de Singer (2002a) sobre a existência de graus de autogestão podemos afirmar que o nível de autogestão no empreendimento é relativamente baixo e observamos a ocorrência apenas de uma gestão participativa. Isto, pois muitos cooperados, sem motivação e conhecimento suficientes, não se manifestavam e as decisões acabavam sendo realizadas por um pequeno grupo de

cooperados. Isso se agravava pela existência insuficiente ou não existência de momentos e espaços nos quais a troca de conhecimentos entre os cooperados era estimulada.

Segundo Singer (2002b), outra dificuldade dos cooperados é a de configurar as novas relações de trabalho e, considerando que a cooperativa é de natureza exógena e que muitos novos cooperados não eram catadores anteriormente, mas pessoas desempregadas que não conseguiram se inserir em outros postos de trabalho, a identificação desses cooperados com as relações de trabalho econômico-solidárias e com a categoria de trabalho de catador foi dificultada.

Estes resultados foram similares aos de Nicolletti (2011), considerando também que apesar dessa identificação não ter sido total, ela ainda pode ser observada em alguns discursos. Secco (2014) também realizou considerações similares ao concluir que mesmo sem conhecimentos específicos sobre o que seja economia solidária, elementos da organização de trabalho cotidiano refletiram no comportamento dos catadores e no funcionamento de suas dinâmicas familiares, adquirindo características em geral mais solidárias. Podemos indicar aqui uma repetição de resultados, o que pode indicar a possibilidade de generalização dos dados, não esquecendo sempre da importância de analisar o contexto e as características dos empreendimentos.

Uma das hipóteses que Singer (2002b) aponta para essa dificuldade de significar essas relações é a de que o cooperado pode sentir medo de voltar às condições anteriores (desemprego e exclusão econômico-social), trabalhando em uma modalidade de empreendimento desconhecida por ele ou recebendo pessoas que a desconhece. Analisamos que no contexto da cooperativa, as catadoras com postura mais verticalizada são ex-catadoras de lixão e que estavam há mais tempo no empreendimento, algumas desde a sua criação. Assim, a hipótese de Singer (2002b) faz sentido nesse momento vivenciado pela cooperativa, considerando que as catadoras podem ter adotado este comportamento por temer que o empreendimento cindisse.

Os motivos que levam a este comportamento precisam ser mais estudados, pois não é clara qual a compreensão das cooperadas sobre suas ações, as quais acabavam inibindo a autonomia dos cooperados mais novos e interferindo no funcionamento do empreendimento. É importante ressaltar que não são todos os ex-catadores de lixão e nem todos os cooperados mais antigos que adotavam essa postura, mas dentre os que a manifestavam, a maioria possuía essas características.

Observamos, por outro lado, que estes cooperados que estão na cooperativa há mais tempo em geral conheciam os princípios da ES, mas viviam em constante conflito entre

este conhecimento e suas ações, possivelmente devido à situação socioeconômica instável que vivenciavam.

Em relação aos cooperados mais novos, poucos sabiam o que é ES ou eram catadores anteriormente, e este fato pode se remeter à dificuldade que tinham de identificação com esse grupo, já que traziam consigo vivências de relações capitalistas e não eram estimulados a adquirir conhecimentos necessários para superar essa perspectiva. Esta parcela de novos cooperados do grupo foi a que em grande parte abandonou o empreendimento quando a crise vivenciada se agravou no final de 2012, início de 2013. Neste momento, a falta de repasses financeiros por parte do governo municipal e de caminhão para transportar os materiais da coleta seletiva levou a uma retirada absolutamente baixa no mês de dezembro, levando alguns cooperados a desconfiarem dos membros dos conselhos. Isto reforça a não existência de uma identificação com o trabalho e a natureza do empreendimento, e conseqüentemente, de surgimento de uma identidade coletiva, o que ocasionou a incompreensão sobre o momento vivenciado.

Analizando o contexto segundo a teoria de grupo apresentada por Souza (2011), a cooperativa apresentava, no período do trabalho de campo, fragilidades quanto aos aspectos perceptivos e de identidade e em relação à interação entre os membros, já que isso não ocorria de uma forma geral, mas pela subdivisão dos cooperados em pequenos grupos, fragmentando o que deveria ser uma unidade grupal. Desse modo, sua constituição ficou assim organizada: não havia interação continuada entre os membros; muitas normas não eram seguidas em relação aos princípios do empreendimento; e a única motivação em comum era econômica. Essas características podem levar, em momentos de dificuldade, a cooperativa ao risco de cindir pela falta de interação grupal e manutenção de objetivos comuns (SINGER, 2002b).

Concluimos, considerando o rol de interferências negativas na constituição de uma estrutura e de uma identidade grupal, que a alta rotatividade de catadores prejudicou a consolidação de uma identidade coletiva, levando também à perpetuação da não aceitação real dos novos cooperados no grupo.

Desse modo, retomando a perspectiva de que as metodologias também podem se constituir como TS com potencial de transformação social a partir das demandas, observamos a necessidade de continuar a utilização de metodologias participativas no empreendimento por parte dos apoiadores, visando intervir junto às relações interpessoais em geral e buscar a organização das atividades e a conseqüente estabilidade do empreendimento.

As TSs nesse contexto se apresentam como importantes ferramentas para que os princípios da ES sejam praticados na cooperativa e para que esta se caracterize realmente como uma cooperativa, conforme a definição da ACI apresentada por Namorado (2009), que considera que o empreendimento seja composto por uma associação autônoma e voluntária das pessoas em busca de suprir suas necessidades e atingir objetivos comuns, sejam eles de natureza econômica, social ou cultural. O empreendimento nessa perspectiva também deve ser democraticamente controlado. Sem que estas características sejam mantidas, a cooperativa se descaracteriza e se desestabiliza como tal.

Evidenciamos a importância da intervenção da universidade e de outros atores com função de apoio, conjuntamente com os sujeitos em busca de sua autonomia e da consolidação de um processo que de fato possa se caracterizar como autogestionário. Pontuamos como necessidade atual que haja mais intervenções na cooperativa em relação à resolução dos conflitos internos, incluindo a capacitação das lideranças, já que o quadro atual indica que há apenas uma gestão participativa, com uma hierarquização implícita de poder. Tornamos a evidenciar a potencialidade das TS, no caso, da metodologia participativa, para realizar o diagnóstico do grupo e discutir com os atores envolvidos as intervenções necessárias de acordo com as demandas observadas e apresentadas.

Finalmente, esperamos que este trabalho possa contribuir para a elaboração de intervenções junto com outros empreendimentos, pela replicação e aperfeiçoamento do método e da técnica utilizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DAGNINO, R. A tecnologia social e seus desafios. In: Fundação Banco do Brasil (Org.). **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DOMINGUES, J. M. **Criatividade social, subjetividade coletiva e modernidade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

ELIAS, N. **A sociedade de indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

GAIGER, L. I. As emancipações no presente e no futuro. In: GAIGER, L. I. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ITS. Instituto de Tecnologia Social. **Caderno de debate: Tecnologia Social no Brasil**. São Paulo: ITS, 2004. Disponível em:

[http://www.itsbrasil.org.br/sites/itsbrasil.w20.com.br/files/Digite_o_texto/Caderno_de_Debate - Tecnologia Social no Brasil.pdf](http://www.itsbrasil.org.br/sites/itsbrasil.w20.com.br/files/Digite_o_texto/Caderno_de_Debate_-_Tecnologia_Social_no_Brasil.pdf). Acesso em: 28 mai. 2015.

LAVILLE, J-L.; GAIGER, L. I. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D. et al. (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra, Portugal: Edições Almedina; São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

MOTHÉ, D. Autogestão. In: CATTANI, A. D. et al. (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra, Portugal: Edições Almedina; São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

NAMORADO, R. Cooperativismo. In: CATTANI, A. D. et al. (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra, Portugal: Edições Almedina; São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

NICOLLETTI, M. X. **Economia solidária e identidade: a autogestão no trabalho como experiência emancipatória**, 2011. 523 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia a Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-20072011-123353/pt-br.php>. Acesso em: 28 mai. 2015.

ONUMA, F. M. S. **Sentidos subjetivos do trabalho em uma organização autogestionária de base falimentar**, 2011. 155 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011. Disponível em: http://repositorio.ufla.br/jspui/bitstream/1/2313/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_Sentidos%20subjetivos%20do%20trabalho%20em%20uma%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20autogestion%C3%A1ria%20de%20base%20falimentar.pdf. Acesso em: 28 mai. 2015.

ONUMA, F. M. S.; MAFRA, F. L. N.; MOREIRA, L. B. Autogestão e subjetividade: interfaces e desafios na visão de especialistas da ANTEAG, UNISOL e UNITRABALHO. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 1, p. 65-81, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v10n1/06.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2015.

QUEIROZ, D. T. et al. Observação participante na Pesquisa qualitativa: conceitos e Aplicações na área da saúde. **Rev. Enferm UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p.276-83, 2007. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v15n2/v15n2a19.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2015.

REJANO, E. I. Elementos estructurales de los grupos. In: SÁNCHEZ, M. M.; TORRES, M. A. G. (Orgs.). **El grupo desde la perspectiva psicosocial: conceptos básicos**. Madrid: Pirámide, 2003.

RTS. Rede de Tecnologia Social. **Tecnologia Social – Conceito**, n. d. Disponível em: <http://rts.ibict.br/rts/tecnologia-social/tecnologia-social>. Acesso em: 28 mai. 2015.

SECCO, L. D. P. D. **Economia solidária e dinâmica familiar de catadores de materiais recicláveis: um estudo no campo ciência, tecnologia e sociedade**, 2014. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em:

http://www.bdt.d.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/22/TDE-2014-08-12T174544Z-6223/Publico/6054.pdf. Acesso em: 28 mai. 2015.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002b.

SOUZA, F. C. **Processos grupales e identidades colectivas**. São Carlos: UFSCar, 2011. Aula ministrada aos alunos da disciplina Economia Solidária, Ciência e Tecnologia oferecida ao curso de Pós Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.

TASSARA, E. T. O.; DAMERGIAN, S. Para um novo humanismo: contribuições da Psicologia Social. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 10, n 28, p. 291-316, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v10n28/v10n28a13.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2015.

THIOLLENT, M. A metodologia participativa e sua aplicação em projetos de extensão universitária. In: THIOLLENT, M. A.; ARAÚJO FILHO, T.; SOARES, R. L. S. (Orgs.). **Metodologia e experiências em projetos de extensão**. Niterói, RJ: EdUFF, 2000.

VENOSA, R. A institucionalização de tipologias organizacionais. Um estudo de caso: a autogestão na Iugoslávia. **Rev. de Administração de Empresas**, v. 22, n. 2, p. 23-36, 1982. Disponível em: http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75901982000200003.pdf. Acesso em: 28 mai. 2015.

VERONESE, M. V.; ESTEVES, E. G. Identidade. In: CATTANI, A. D. et al. (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra, Portugal: Edições Almedina; São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

ZANIN, M. et al. Parceria entre Universidade e Gestor Público Municipal para fomentar a Economia Solidária e ampliar as atividades da Cooperativa de Catadores de São Carlos/SP. In: ZANIN, M.; GUTIERREZ, R. F. (Orgs.). **Cooperativas de catadores: reflexões sobre práticas**, São Carlos, SP: Claraluz, 2011. Disponível em: <http://www.editoraclarluz.com.br/upload/produto/5c7a073d32f7f3533a0d886b374b3873.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2015.